



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

**ATA DA 2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TRT DA 11ª REGIÃO –
08/08/2023.**

Aos oito dias do mês de agosto do ano de 2023, às 08h30, reuniram-se, na Sala Multiuso, para tratarem de temas relacionados à execução da Estratégia Institucional do TRT11, no que tange ao Plano Estratégico Institucional (PEI 2021-2026) e aos projetos que integram o Plano de Gestão da Presidência (PGP 2022-2024), sob a presidência do Excelentíssimo Desembargador **AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA**, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e da Juíza Auxiliar da Presidência **CAROLINA DE SOUZA LACERDA AIRES FRANÇA**, os dirigentes do nível tático do TRT11 e demais servidores por eles indicados, os quais se encontram abaixo relacionados: **Neila Hagge Belloni de Medeiros** (Diretora da Secretaria-Geral da Presidência - SGP), **Devane Batista Costa** (Diretora da Secretaria-Geral Judiciária - SGJ), **Ildefonso Rocha de Souza** (Diretor-Geral), **Andressa Lorena Machado Tavares** (Diretora da Coordenadoria de Apoio ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Disputas – COONUPEMEC), **Simone Ohana Castro** (Diretora do Centro de Inteligência, Coordenadoria de Precedentes e Ações Coletivas - CIPAC), **Mônica Lopes Sobreira Leite** (Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGGEST), **Alfredo Melo da Silva** (Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas - SGPES), **Lucas Ribeiro Prado** (Diretor da Coordenadoria de Gestão do Desenvolvimento Funcional - CODEP), **Luiz Gustavo Negro Vaz** (Diretor da Coordenadoria de Gestão das Informações Funcionais - COGINF), **Hylace Miranda Braga Filho** (Diretor da Divisão de Laboratório de Inovação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - LIODS-TRT11), **Eduardo Rodrigues da Cruz** (Diretor da Coordenadoria de Governança de Contratações e Obras - COGCO), **Keine Barbosa Bezerra do Valle** (Diretora da Assessoria de Governança de Gestão de Pessoas - ASSEGESp), **Fred Barreto Lima** (Diretor da Divisão de Sistema de Informação - DIVINF), **Ricardo Marques de Lima** (Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional - CORREGI), **Matheus de Jesus Carvalho Moura** (Diretor da Assessoria de Integridade e Gestão de Riscos - ASSIGER), **Evandro Video de Souza Junior** (Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC), **Matheus Gibram Campos** (Diretor da Assessoria de Iniciativas Nacionais e Governança de TIC - ASSINGOV), **Jander Lúcio Teixeira e Silva** (Diretor da Secretaria de Administração - SAD), **Luana Joia de Figueiredo Costa Balbino** (Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF), **Matheus da Silva Santos** (Diretor da Coordenadoria de Comunicação Social - COORDCOM), **José Ricardo Ribeiro dos Santos** (Diretor da Coordenadoria de Manutenção e Projetos - COMANP), **Karla Cristina Silva Petruccelli Israel** (Diretora da Coordenadoria de Saúde - CODSAU), **Geanne de Oliveira Valente** (Diretora da Divisão de Cooperação Judiciária - DICOOP), **Danielle Ramos de Albuquerque** (Assistente da Diretora da Divisão de Cooperação Judiciária - DICOOP), **Jonatas Andrade dos Santos** (Diretor da Assessoria de Estatística - ASSEST), **José Airton Alves de Abreu Junior** (Diretor da Divisão de Contadoria Judiciária - DICONJUD), **Cristina Marinho da Cruz** (Diretora da Divisão de Execução Concentrada - DECON), **Oswaldo Henrique Rodrigues da Silva** (Diretor da Coordenadoria de Segurança Institucional - COSEG), Tenente-Coronel PM **Ailton Luiz dos Santos** (Diretor da Divisão de Apoio Externo Institucional - DIVAEI), **Moisés Melo Falcão** (Chefe da Seção de Gestão Socioambiental, Acessibilidade e Inclusão -



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

SEGEAMBI), **Winder Jane Moreira Silva** (Diretora da Divisão de Projetos e Iniciativas Nacionais - DIPIN) e **Gabriel Melgueiro Neto** (Assistente Chefe da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGGEST). A reunião foi aberta pelo Excelentíssimo Presidente do TRT da 11ª Região, Desembargador **AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA**, o qual deu boas-vindas a todos, passando logo em seguida a palavra à Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGGEST), a servidora **Mônica Lopes Sobreira Leite**, que, inicialmente, cumprimentou as pessoas presentes e esclareceu que a RAE era uma reunião para acompanhar a execução da estratégia, mediante o monitoramento dos indicadores, metas e iniciativas, os quais conduzirão a organização no cumprimento de sua missão e no alcance de sua visão, propiciando a adoção de ajustes e melhorias no desempenho do TRT11 que se fizeram necessárias. Em seguida, elencou os projetos do Plano de Gestão da Presidência 2022-2024, de acordo com o objetivo estratégico a que estava vinculado conforme segue: **Objetivo Estratégico 1: Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais:** 05 projetos, sendo eles: *Atendente Virtual, Vídeo Institucional TRT11, Melhor Prevenir a Remediar, Rede de Segurança Integrada (RSI) e Preço Justo - Benefício Abastecimento TRT1*; **Objetivo Estratégico 2: Promover o trabalho decente e a sustentabilidade:** 06 projetos, sendo eles: *Retina, Construção da Sede da VT de Tefê, Adequação do Espaço Físico para instalação do LIODS, Construção do Novo Plenário, Construção do Bicicletário e Vestiário, e TRT11 Sustentável*; **Objetivo Estratégico 3: Garantir a duração razoável do processo:** 04 projetos, sendo eles: *Sustentare, Execução de Médios Devedores, Plano de Apoio às Varas e Relatório de Pesquisa Prévia*; **Objetivo Estratégico 4: Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados:** 01 projeto, que é o *Recadastramento Geral de Ocupantes de Cargos e Funções Comissionadas*; **Objetivo Estratégico 5: Assegurar o tratamento dos conflitos trabalhistas:** 03 projetos, sendo eles: *Mediação Pré-Processual, Cadastro de Mediadores do TRT11 e Adesão de Varas ao CEJUSC JT do TRT11*; **Objetivo Estratégico 6: Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas:** 01 projeto, que é o *Collab*; **Objetivo Estratégico 7: Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica:** 08 projetos, sendo eles: *Geia - Gestão de Itens Avaliativos do Prêmio CNJ de Qualidade, Aprimoramento da Governança nas Contratações, Implantação de Gerenciamento de Processos, Portal SGPEs, Consolidação das Normas da CONAE, Novo Portal Intranet, Boas Práticas em Contratações e Acesso Simplificado a Dados*; **Objetivo Estratégico 8: Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira:** 01 projeto, que é o *Orçamento em Foco*; **Objetivo Estratégico 9: Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional:** 07 projetos, sendo eles: *Vínculo Remoto, Jornada de Aprendizagem, Central de Atendimento ao Servidor, Saúde em Movimento, Muttley, TRT Remoto e Co-working de Desenvolvimento de Pessoas*; **Objetivo Estratégico 10: Aprimorar a Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC e a proteção de dados:** 04 projetos, sendo eles: *Conecta11, Segurança da Informação, Painéis de Informações Gerenciais da SETIC e Sistema Integrado de Gestão de Pessoas - SIGEP*. A Diretora da SEGGEST falou que, antes de dar início ao acompanhamento dos projetos, gostaria de justificar a ausência da Diretora da Secretaria de Execução da Fazenda Pública – SECEFAP, a servidora **Gabriela Maria Aragão Nery** e do servidor da Divisão de Pesquisa Patrimonial (DPP), **Elson Martins de Sena**, por motivo de doença. Passou-se então a tratar dos projetos, na seguinte ordem: **1 - SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA – SEGGEST:** a Diretora da SEGGEST fez os seguintes comentários sobre o projeto da sua unidade: o projeto **GEIA – Gestão de Itens Avaliativos do**



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Prêmio CNJ de Qualidade tem como objetivo acompanhar e monitorar o desenvolvimento das atividades relacionadas aos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade, impulsionando o desempenho do órgão e a excelência dos serviços prestados aos jurisdicionados, sendo gerenciado por mim em parceria com o servidor da SEGGEST Daniel Santos, que está de férias no momento; considero o projeto entregue, estando, pois, na fase de aperfeiçoamento, tendo sido concluídas as seguintes etapas: 1 - *Gerenciamento de cadastro de usuários e requisitos*, todos com acesso ao sistema para lançamento dos dados; 2 - *Monitoramento e acompanhamento dos status e das pontuações dos itens do Prêmio CNJ de Qualidade 2023*; e 3 - *Gerenciamento dos documentos para agilizar/facilitar o upload no questionário*, ou seja, além de monitorar a pontuação, eu me comunico pelo sistema com os usuários, aprovando ou devolvendo documentos, solicitando a troca de documentos por exemplo; o GEIA, além de facilitar a gestão dos itens avaliativos, proporcionou maior clareza quanto à pontuação; como pontos de melhorias, temos: 1 - *Algumas unidades não preencheram as informações no sistema com agilidade*; 2 - *Dificuldade em separar as responsabilidades de cada item para as unidades responsáveis*; em relação ao primeiro item, saliento que foi estabelecido no sistema prazos para a prestação das informações, visando justamente subsidiar a tomada de decisão pela presidência no que tange a alguma fraqueza do tribunal que necessita ser tratada, razão pela qual reforço a necessidade de verificação da data de implementação do item e o envio das informações de forma tempestiva; quanto ao segundo item, exemplifico tal dificuldade da seguinte forma: em se tratando de ponto digital, a responsabilidade é tanto da Secretaria-Geral Judiciária (SGJ) quanto da SETIC, esta unidade em relação à parte técnica e aquela, no que se refere à negociação e capacitação, o que pode gerar dúvidas sobre qual destas unidades deveria responder pelo item em questão; como próximas etapas, temos: - *Implantação em um servidor web próprio do TRT11*, para o envio de e-mails de notificações e melhorias de segurança e autenticação, o que deve ser feito com o suporte da SETIC; - *Geração de relatórios gerenciais*, para melhor acompanhamento da pontuação; e - *Implementação de novos sistemas satélites*: a partir do GEIA, no ano que vem, outros sistemas serão criados, com base em sua estrutura tais como *Painel da Transparência e Gerenciamento de Projetos e Estatísticas*. Finalizando a sua fala, a **Diretora da SEGGEST** acessou o sistema GEIA, abriu o painel de acompanhamento do sistema e falou o seguinte: a atual pontuação do tribunal que consta no referido sistema é de 69,70% do total, percentual este que precisa ser melhorado. Em seguida, abordou a situação deste Regional em cada um dos eixos de pontuação que integra o prêmio, bem como as expectativas quanto a pontos ainda não computados e que seriam, oportunamente, divulgados, a exemplo dos índices IPC-Jus e iGovTIC-JUD. **2 - SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA (SGJ)**: a servidora **Devane Batista Costa**, Secretária-Geral Judiciária, teceu os seguintes comentários sobre os projetos da unidade: o objetivo do **Projeto Sustentare** é automatizar os procedimentos de inscrição de sustentação oral dos advogados e das advogadas no âmbito das Turmas, do Pleno e das Seções Especializadas; como etapas concluídas, temos: a) Levantamento das necessidades e peculiaridades das Secretarias das Turmas e Coordenadorias de apoio aos Órgãos Colegiados quanto aos procedimentos de inscrição de sustentação oral por advogados e advogadas; b) Pesquisa junto a outros tribunais de ferramentas automatizadas de inscrição de sustentação oral; c) Levantamento minucioso de cada ferramenta, a fim de identificar a que mais se adequava às demandas e peculiaridades do Regional; quanto à etapa de fornecimento da ferramenta mediante acordo de cooperação, foram feitos contatos com o tribunal titular do software selecionado para verificar a possibilidade de disponibilização da ferramenta para o



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

TRT11, no caso o TRT15, que, prontamente, nos forneceu a ferramenta, ou melhor, acho que, na linguagem técnica, seria o código fonte; no momento, estamos com dificuldade de implantação do sistema aqui no tribunal por questões técnicas mesmo, pois não recebemos da SETIC de Campinas um manual de utilização dessa ferramenta; após a conclusão da fase de testes, promoveremos o treinamento das unidades envolvidas na execução e operação da ferramenta, bem como a divulgação da ferramenta junto aos advogados e advogadas; hoje a inscrição dos advogados e advogadas é feita de forma manual, sendo a solicitação feita por meio de e-mail, de telefone ou peticionamento nos autos; no entanto, não há uma uniformização em cada OJC de como deve ser feita a sua inscrição; além disso, o controle pelas turmas por exemplo fica difuso em face das várias formas de solicitação de inscrição, ao passo que automatizando, todos os advogados farão o procedimento da mesma forma, mas mediante um link com uso de certificação digital e a inscrição da sustentação oral sairá automaticamente no PJe, diminuindo o trabalho do servidor da turma em verificar se há procuração, se o advogado que requereu a inscrição está habilitado, qual a parte que representa, qual o desembargador relator dentre outras questões, considerando que essas informações serão prestadas pelo próprio advogado no momento em que for realizar a inscrição da sustentação oral; ademais, será conferida maior transparência ao processo de inscrição da sustentação oral. A palavra foi passada à servidora **Simone Ohana Castro**, Diretora do Centro de Inteligência, Coordenadoria de Precedentes e Ações Coletivas (CIPAC), que assim se manifestou sobre o **Projeto Collab**: este projeto tem como objetivo auxiliar diretamente juízes e desembargadores na suscitação de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidentes de Assunção de Competências; nosso objetivo, inicialmente, foi de esclarecer dúvidas em relação aos próprios incidentes, principalmente, quanto ao procedimento adotado no Código de Processo Civil (CPC) e no nosso tribunal, apesar de não serem incidentes novos; desde 2015, poucos incidentes foram suscitados no âmbito deste Regional; depois dessa fase inicial, passamos a auxiliar mais diretamente na instauração desses precedentes, mediante elaboração de estudos, levantamentos de jurisprudência, redação de ofícios etc.; o projeto está 90% concluído, nós já passamos por todas estas etapas: a) Instauração de IRDRs; b) Modelo de petição para as partes suscitarem IRDR; c) Formulário para sugestão de temas de IRDR/IAC; d) Perguntas e respostas relativas ao IRDR/IAC; e e) Boletim de Precedentes Qualificados e Jurisprudência; falta apenas a alteração do Regimento Interno para maior detalhamento do procedimento de IRDR e IAC; a minuta se encontra atualmente na Comissão de Uniformização de Jurisprudência, aguardando aprovação para que seja submetida à Comissão de Regimento Interno e, posteriormente, à aprovação do Pleno; há também mais uma entrega, que é a Cartilha informativa sobre IRDR, que é um guia rápido para explicar os detalhes dos procedimentos dos precedentes principalmente no nosso Regional, que já está pronta, disponível no portal, já foi encaminhada por e-mail para todas as unidades, ressaltando que pretendemos entregá-la também fisicamente em cada unidade judiciária do TRT11; o nosso projeto já deu frutos: 04 IRDRs foram suscitados nesta gestão, sendo que, desde o CPC de 2015, possuíamos apenas 03 incidentes; destes IRDRs, 01 já foi admitido, que é o IRDR 5, que já passou por toda a instrução processual, que é algo demorado, estando na fase de julgamento do mérito; os demais, os outros 4, estão na pauta do Pleno de amanhã, aguardando admissibilidade. Como a próxima unidade seria a Corregedoria Regional, que havia confirmado a presença e a intenção de fazer uso da palavra, mas que, naquele momento, seu Diretor não se encontrava na reunião, a **Diretora da SEGGEST** disse que iria passar para a apresentação da próxima unidade e



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

caso, o representante da Corregedoria Regional chegasse, a CORREGI faria então sua apresentação. **3 - COORDENADORIA DE APOIO AO NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE DISPUTAS (COONUPEMEC):** a Diretora da Coordenadoria de Apoio ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Disputas (COONUPEMEC), a servidora **Andressa Lorena Machado Tavares**, assim se manifestou: a COONUPEMEC tem como foco principal ampliar o acesso, capacitar nosso pessoal para que possamos ofertar novos métodos e alternativas de solução de conflito, o que contribui para a diminuição da judicialização e, em termos de contribuição à estratégia organizacional, para o *Objetivo Estratégico 5: Assegurar o tratamento das demandas repetitivas*; temos 03 projetos: o primeiro é a **Mediação Pré-Processual**, que está em pleno funcionamento, tanto no primeiro quanto no segundo grau, estando 100% implementado; a minuta de resolução foi elaborada pela Secretaria-Geral Judiciária, sendo publicada a Resolução Administrativa nº 10/2023; a SETIC habilitou o módulo da Reclamação Pré-Processual (RPP) no sistema PJE e até o presente momento, os CEJUSCs já realizaram mediação em 03 (três) RPPS no 1º grau e 01 (uma) no CEJUSC 2º grau; essa via de acesso já está em pleno funcionamento e é uma via alternativa, não havendo custos nesta modalidade; as partes podem conversar e negociar e, às vezes, não entram com um processo propriamente dito; o segundo projeto é o **Cadastro de Mediadores do TRT11**, que está 100% implementado; nós reformulamos o Portal da Conciliação (aba “Conciliação” no Portal do TRT11) e incluímos informações, notícias, canais de atendimento e informações úteis como por exemplo como solicitar uma audiência de mediação ou conciliação, divulgação da pauta, eventos, estatística, incluindo também o cadastro de mediadores dos CEJUSCs, os quais basicamente são os servidores que concluíram o curso de métodos alternativos de solução de conflitos; o ideal é que façamos o monitoramento e a ampliação desse cadastro, para que cada vez mais um número maior de servidores tenham essa ferramenta e possam contribuir para uma solução mais rápida; apesar de não haver uma norma nacional acerca do cadastro de mediadores, criamos o nosso próprio cadastro, e caso seja editada, promoveremos a adequação conforme o normativo; o terceiro projeto, que é a **Adesão de Varas ao Cejusc JT**, não está totalmente implementado; a ideia é que as varas também possam oferecer as ferramentas de mediação e conciliação e que, através do CEJUSC, possam aderir a nossa pauta e realizar audiências iniciais; a minuta da resolução que visa reunir em uma só norma as diretrizes a respeito da Política do Tratamento Adequado de Disputas no âmbito do TRT11 e do NUPEMEC e CEJUSCs está tramitando no E-Sap 10293/2022, estando os autos conclusos para apreciação da Desdora. Ruth Barbosa Sampaio, com previsão de encaminhamento da minuta para votação em sessão administrativa do mês de agosto/2023. **4 - SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (SOF):** a servidora **Luana Joia de Figueiredo Costa Balbino**, Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF, teceu os seguintes comentários: em relação as suas atribuições, bem como ao **Projeto Orçamento em Foco**, a SOF implementou as seguintes ações: a) em Fevereiro de 2023, conforme já mencionado na 1ª RAE, foi oferecido um treinamento ministrado por 2 servidores do TRT da 24.ª Região, com a finalidade de sanar as inconsistências contábeis em face dos bens do SCMP (Sistema de Controle de Materiais e Patrimônio), estando pendente apenas a avaliação dos imóveis, tendo inclusive 01 engenheiro do tribunal participando de capacitação nessa temática; há previsão de retorno dos técnicos do TRT da 24.ª Região em meados de outubro ou novembro, em face da implementação de nova versão do sistema SCMP e da necessidade de treinamento de servidores da SOF, da Contabilidade, da SETIC e da Coordenadoria de Material e Logística; b) nós realizamos uma reunião com a alta



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

administração e gestores em 10 de abril, considerando a cobrança do CSJT da execução orçamentária em sua integralidade no presente exercício; após a referida reunião, foram feitos contingenciamentos dos itens do SIGEO-JT que estavam com percentual de execução 0% (zero) e remanejamento dos oferecidos pelos gestores: em abril, foi realocado o montante de R\$1.272.000,00 em restos a pagar do Projeto 10WS – Construção do Fórum Trabalhista de Manaus e Energia Fotovoltaica, bem como Manutenção de Vara Itinerante, diárias, passagens e novas demandas; em junho, foram realocados R\$ 531.840,61 em novas demandas e em reforço dos empenhos de diárias e passagens; em agosto, faremos o terceiro contingenciamento e realocação de recursos, considerando o 2.º Período de Créditos Adicionais; c) gostaria de ressaltar o 2º Encontro de Gestores Orçamentários que ocorreu dia 15 em Natal, evento de grande relevância não apenas para a SOF, mas também para a gestão de pessoas, em especial no que tange ao e-social; d) ainda em agosto, pretendemos ofertar um treinamento sobre tributação, considerando a criação da Divisão de Análise Contábil, Tributária e Apoio ao 1º Grau – DIVACONT, com vagas destinadas aos gestores bem como aos técnicos da área orçamentária e contábil; e) com o suporte da Divisão de Projetos e Iniciativas Nacionais (DIPIN), foi confeccionada a primeira Cartilha do Projeto Orçamento em Foco, que será disponibilizada em nosso site e, com apoio da COORDCOM, será encaminhada aos gestores mediante o e-mail institucional. A **Diretora da SEGGEST pontuou que, conforme mencionado anteriormente, a Diretora da Secretaria de Execução da Fazenda Pública (SECEFAP) não pode comparecer à RAE naquela manhã por se encontrar doente, passando-se a palavra à unidade seguinte.**

5 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (SETIC): o Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações – SETIC, servidor **Evandro Video de Souza Junior**, esclareceu que, em face do princípio de eficiência, a reunião do Comitê de Governança de TIC de julho foi unificada com a Reunião de Análise da Estratégia, considerando que os integrantes do referido comitê participam também da RAE e, na referida reunião, é feito o acompanhamento dos projetos de TIC. Em seguida, fez os seguintes comentários sobre os projetos da sua unidade: nós dividimos em 04 projetos principais, todos com foco no Objetivo Estratégico 10 do tribunal, que é *Aprimorar a Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação-TIC*, atendendo também aos objetivos da ENTIC-JUD, que regem a TI no poder judiciário; temos o **ConectaII**, que atende ao Objetivo 1 da ENTIC-JUD - *Satisfação dos usuários*; Objetivo 2 da ENTIC-JUD - *Transformação digital*; e Objetivo 8 da ENTIC-JUD - *Serviços de infra e soluções*; a transformação digital, basicamente, buscar aliar tecnologia, processos e talentos para melhorar a produtividade, a experiência do usuário dos recursos de TI e a redução de custos; em outras palavras e de forma resumida, a transformação digital consiste em usar a tecnologia para solucionar problemas; temos o **Projeto Painéis de Informações Gerenciais da SETIC**, que atende ao Objetivo 5 da ENTIC-JUD, que é *Governança e Gestão*; temos o **Projeto Segurança da Informação**, que contempla o Objetivo 7 da ENTIC-JUD, que é *Segurança da Informação*; por fim, temos o **Projeto Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (SIGEP)**, que atende aos seguintes objetivos da ENTIC-JUD: Objetivo 2 - *Transformação digital*, Objetivo 4 - *Inovação colaborativa* e Objetivo 8 - *Serviços de infra e soluções*; é um projeto nacional, e estamos fazendo tanto a implantação de módulos que são desenvolvidos por outros Regionais, mas também participando de uma parte do projeto que é o desenvolvimento do conector do e-social; na SETIC, temos 03 diretorias, que são a Coordenadoria de Segurança da Informação, Operação e Suporte, a Assessoria de Iniciativas Nacionais e Governança de TIC e a Divisão



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

de Sistema de Informação; e 01 seção, que é a Seção de Segurança da Informação, estando os projetos distribuídos nessas áreas que estão vinculadas à SETIC; a ideia do **Projeto Conecta11** é interligar, de uma forma mais efetiva e com aumento de disponibilidade, o tribunal e suas unidades no interior e em Boa Vista; a conectividade é um problema recorrente, antigo, existindo alguns problemas de ordem tecnológica, outros de logística, mas o cenário começa a mudar, novos players entraram no mercado e estão provendo soluções; temos 02 processos em andamento prevendo a implementação desse projeto como um todo, inclusive um deles utilizando a solução da Star Link e o outro, que irá conectar os links de rede que é o 3333/2023; a ideia do **Projeto Painéis de Informações Gerenciais da SETIC** é proporcionar maior eficiência, com a disponibilização de informações necessárias à tomada de decisão de uma forma mais fácil, estabelecendo-se links entre diversos assuntos para poder se apontar o melhor caminho e fomentar a transparência dos dados da SETIC que podem ser disponibilizados externamente; o **Projeto Segurança da Informação** tem como finalidades: a) mitigar as vulnerabilidades dos sistemas informáticos; b) Proteger os dados; c) Realizar cópias de segurança; e d) Resguardar a integridade dos sistemas informáticos; segurança da informação é algo bem mais amplo, não se restringindo apenas à TI, o que temos na verdade dentro da TI é uma segurança cibernética, que é tratado dentro da tecnologia da informação; o fato de se usar o crachá virado para o lado em que aparecem dados como nome, o sobrenome e o cargo, pode impactar a segurança da informação, na medida em que alguém pode usar tais dados como forma de engenharia social para descobrir algo, o que evidencia o caráter amplo a que me referi anteriormente; foram investidos no ano passado pelo tribunal algo em torno de R\$ 9,5 mi em Segurança Cibernética, com destaque para 02 projetos maiores que visavam à implementação de ferramentas para prevenir e rastrear; quanto ao **Projeto Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (SIGEP)**, temos um colega na TI, o Daniel Freire, que é conhecido nacionalmente, que tem auxiliado outros Regionais na implantação do SIGEP, que é imenso, com diversos módulos, subsistemas, cadastros, existindo uma sinergia entre todos os Regionais coordenados pelo CSJT para que seja implantado da melhor forma possível, tendo a SETIC contribuído nesse processo, bem como no projeto nacional do conector e-social; quanto às entregas realizadas, destacamos; - **Prova de Conceito (POC) em Parintins**: hoje a conexão nas varas do interior ocorre da seguinte forma: as varas que são mais próximas têm uma ligação ainda por cabo ou por rádio, mas nas varas que são mais distantes, a comunicação é por satélite, sendo ruim e cara; fizemos uma Prova de Conceito (POC) em Parintins, não havendo custos para o tribunal nesse momento, onde uma empresa se predispôs a fornecer uma conexão com duas saídas, uma pelo satélite e outra por fibra ótica, havendo um ganho de qualidade na conexão de Parintins; a POC foi o que nos ajudou a elaborar o Termo de Referência que está agora na seção de compras, em fase de cotação, seguindo depois para a fase de licitação; a ideia é que tenhamos agora uma redundância mesmo, então hoje quando cai o link da claro, as varas ficam isoladas, não havendo o que fazer; com o link redundante, teremos duas saídas, se uma cair, teremos a outra; no futuro, talvez possamos fazer uso da Star Link, cujo foco é itinerância, pois, eventualmente, quando o juiz não estiver em itinerância, poderemos agregá-la à solução fixa dentro da vara, para termos três saídas, mas precisaremos de dados para validar tal sistemática; - **Rede WIFI do FTM**: foi implantada, com a instalação de 30 Access Point em todo o prédio do FTM, estando a rede WIFI em pleno funcionamento em todos os pavimentos; nós queremos implementá-la na sede, no prédio administrativo e nas varas do interior; - **Compartilhamento de postes**: renovado o contrato de compartilhamento de postes que sustentam nossa rede de fibra ótica,



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

contemplando 262 postes, com compartilhamento de uso exclusivo do Tribunal; - **Renovação dos equipamentos das varas do interior:** o tribunal adquiriu no ano passado aproximadamente a razão de 1/3 de máquinas novas; não é possível renovar todos os equipamentos das unidades, por isso, consideramos um percentual de cada unidade para fins de renovação; - **Renovação do contrato do Google Apps:** o novo contrato contempla 1TB de armazenamento, não havendo mais preocupação quanto ao espaço de armazenamento do Google; nós faremos a mudança gradativa ao longo deste ano, para que os arquivos existentes nos HDs das unidades sejam levados para a nuvem, o que permitirá o acesso aos arquivos onde a pessoa estiver; quanto às entregas a realizar, temos a **Contratação dos links de internet e Rede JT**, em substituição ao contrato atual; em relação ao **Projeto Painéis de Informações Gerenciais da SETIC**, temos as seguintes entregas realizadas: - **Levantamento dos dados** (contratos, inventários, força de trabalho, catálogo de serviços e sistemas, etc.); - **Painel de Catálogo de Serviços;** - **Painel de Inventário de TIC;** - **Publicação dos painéis no Portal da Governança;** como entregas a realizar, temos: - **Implementar o painel de monitoramento das contratações;** - **Automatizar a extração dos dados diretamente dos sistemas** (ESAP, SIGEP, SCMP, OTRS, etc.); - **Calcular indicadores operacionais e estratégicos de TIC.** O slide que está sendo apresentado no momento traz uma visão de como é o Catálogo de Serviços que está nos Painéis; nós temos aproximadamente 209 serviços e 150 sistemas rodando; nós estamos realizando um trabalho de verificação do que não está sendo mais usado, de modo a enxugar esse quantitativo de sistemas; o próximo slide trata do Inventário de TIC 2023-2024, sendo algo em torno de R\$ 23 milhões em equipamentos de TI; quanto ao **Projeto Segurança da Informação**, apenas reforçando é algo feito por todos e que se constitui em camadas, pois nós temos uma camada física e um sequência de camadas de softwares; a questão é tentar impedir um ataque cibernético, mas se acontecer, nós estaremos preparados para lidar com a situação; o slide que está sendo apresentado e o slide seguinte mostram as ferramentas de segurança da informação que foram adquiridas pelo tribunal; quanto ao **Projeto SIGEP**, as entregas realizadas foram as seguintes: - **Disponibilização do Portal dos Sistemas Administrativos Nacionais - SISAD;** - **Módulo de autoatendimento** (a campanha de Recadastramento de dados Étnico-raciais e Informações Funcionais foi feita mediante esse portal que fora implantado, sendo uma tendência da Justiça do Trabalho em comungar todos esses sistemas nesse portal, já estando nele o SIGEO-JT, o SIGEP-JT e o PROAD-OUV); - **Liberação do APP SIGEP Mobile para Android e iPhone;** - **Carga dos eventos do eSocial em produção;** como próximas entregas, temos o Módulo de Autoatendimento (substituir o SIGEP-online) e o Módulo de Passivos - Cálculo e pagamento de passivos. No slide que está sendo apresentado, temos uma visualização do SIGEP-JT, e no slide seguinte, do SISAD (Portal dos Sistemas Administrativos Nacionais) e nos demais slides, temos módulos do Autoatendimento, sendo apresentado o menu do módulo Consulta de Informações Funcionais, bem como slides contendo visualizações do SIGEP - Aplicativo Celular; aproveitamos para pedir aos colegas que baixem esse aplicativo, onde será possível acessar a Carteira Funcional, o Contra-Cheque, Férias e Licenças Médicas e se houver qualquer problema, ao efetuar esse procedimento, é só entrar em contato com a SETIC; por fim, encerrando a apresentação da SETIC, listando as entregas realizadas no projeto **SIGEP** no período de dezembro de 2022 a junho de 2023. A Excelentíssima Juíza Auxiliar da Presidência **CAROLINA DE SOUZA LACERDA AIRES FRANÇA** esclareceu que precisava deixar a reunião naquele momento em face da Correição que estava sendo realizada na 9ª VTM, agradecendo a presença dos gestores e gestoras na RAE. A apresentação das



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

unidades foi retomada então. **6 – SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGPES):** o servidor **Alfredo Melo da Silva**, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas - SGPES, falou o seguinte: dos 06 (seis) projetos que apresentamos, em 02 (dois) estamos tendo algumas dificuldades; o primeiro é o **TRT Remoto**, que teve, por enquanto, suspensa a implantação, em razão da análise que está sendo feita sobre o sistema que irá controlar o teletrabalho, porque este projeto tem grande potencial de se tornar nacional e a tendência é que se esses controles voltados para a gestão de pessoas sejam unificados; o segundo é o **Vínculo Remoto**, pois não tivemos a adesão desejada; o projeto traz a possibilidade de servidores cedidos por nosso Regional retornarem na modalidade teletrabalho; quanto aos demais projetos, serão apresentados pelos demais colegas. O servidor **Luiz Gustavo Negro Vaz**, Diretor da Coordenadoria de Gestão das Informações Funcionais (COGINF), teceu os seguintes comentários: o projeto **Recadastramento Geral de Ocupantes de Cargos e Funções Comissionadas** foi gestado em atendimento à Resolução CNJ n.º 156/2012, à Resolução CNJ n.º 7/2005, bem como à Resolução Administrativa n.º 052/2023, estando vinculado ao Objetivo Estratégico *Promover a integridade e a transparência em relação a atos de gestão praticados*; considerando a quantidade de servidores ocupantes de FC/CJ (720 em 25/04/2023) e de documentos a serem entregues pelo servidor (em média 10), teríamos aproximadamente 7200 certidões/declarações para serem recepcionados, analisados e dada continuidade a eles; quanto ao fluxo do projeto, este foi organizado e distribuído em marcos e responsabilidades; dentre outras ações, formatamos o Formulário, definimos a Estratégia de Envio, organizamos Pastas de Recepção de Arquivos, sendo também definidas as responsabilidades de envio, acompanhamento, cobrança, recepção, conferência, arquivamento e relatórios de inconsistência; fizemos um acompanhamento diário do recadastramento, entrando em contato com servidores com documentação incompleta ou que não responderam; fizemos vários lembretes diários por e-mail direto, passando pelo Aviso da Chefia Direta até chegar ao Aviso Final da Presidência aos servidores com documentação incompleta ou que não responderam; respondemos também aos pedidos de esclarecimentos sobre os documentos que estavam sendo solicitados no recadastramento; prestamos também assessoria quanto aos problemas de preenchimento; houve um cumprimento parcial, por isso em 30/06 foi estendido o prazo para o recadastramento até 20/07, sendo encerrado o recadastramento em 31/07; quanto aos percentuais, a Fase de Respostas foi 100% concluída, com 99% de *Respostas*; com o transcorrer, esse 1% de *Não Respondidos* foi atendido também; quanto à Fase de Conferências, feitas no prazo 01 a 31/07, atualmente, temos 100% de Conferência das Certidões, estando 124 inconsistências em tratamento (não sendo encontrados fatos que comprometessem a ocupação de cargos); quanto à dificuldade *volume de servidores a serem recadastrados e volume de certidões/declarações a serem organizados e conferidos* (ao todo 7.200), a solução adotada foi implementar processos repetitivos como envio de e-mails, lembretes e conferência de documentos foram automatizados, com o desenvolvimento de uma metodologia para encaminhar e recepcionar esses documentos, tendo com sugestão, implementar organização funcional por squad em todas as secretarias com no mínimo um especialista em TI para fins de colaboração e como lição aprendida, temos que o uso da tecnologia é primordial para a celeridade e o bom andamento dos serviços e há necessidade de ampliação de especialistas; quanto às *dificuldades operacionais no uso da ferramenta Google Forms*, como solução foi feito o direcionamento de demandas a servidor responsável e apto a responder questionamento; a sugestão é que seja incluída no Plano de Treinamento capacitação para uso de ferramentas Google e como lição aprendida, a Ferramenta *Google*



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Forms é prática, simples, mas apresenta limitações de uso que poderiam ser sanados com capacitação para o uso; quanto às *dificuldades na emissão de Certidão do TCE*, pois o processo de emissão não estava disponível em formato automático, a solução foi solicitar o apoio da Presidência, que oficiou ao TCE/AM com solicitação de emissão em massa das 720 certidões e a lição aprendida foi a importância da parceria e estreitamento de laços com outras instituições; quanto às *dificuldades de adesão dos servidores ao recadastramento*, já que foi insuficiente para cumprir o cronograma inicial, a solução foi prorrogar o prazo concedido pela Presidência; como sugestão, temos a realização de sanções conforme direcionado na RA, com possibilidade de reversão ao tempo do cumprimento da determinação e como lição aprendida, percebemos que existe uma cultura de leniência em relação a determinações de prazo, por isso a pouca adesão; quanto às *dificuldades em relação ao volume de conferências*, já que foram aproximadamente 7000 documentos, como solução foi idealizada a conferência por plataforma automatizada, porém não foi possível a implementação, sendo utilizada força de trabalho disponível; como sugestão temos a realização de capacitação e o desenvolvimento de ferramenta para conferência automática de documentos e como lição aprendida, temos que apesar da existência de ferramentas disponíveis, é preciso melhorar a capacitação e a integração de soluções; finalizando, ressalto que o projeto está 100% concluído. O servidor **Lucas Ribeiro Prado**, Diretor da Coordenadoria de Gestão do Desenvolvimento Funcional (CODEP), assim se manifestou: com a autorização do Excelentíssimo Desembargador Presidente, gostaria inicialmente de convidar os presentes a participarem da *Pesquisa Humanizadas 2023*, que se destina ao público interno e externo, e visa nos ajudar a ter um diagnóstico sobre o nível de humanização do tribunal, sendo realizada por uma empresa externa, não havendo, pois influência do Regional; dito isso, passo a tratar do **Projeto Co-working de Desenvolvimento de Pessoas**, que é uma boa prática, que está incluída na reunião que teremos com os Diretores-Gerais; no momento, precisou ser descontinuado, porque o espaço atualmente está cedido para a Coordenadoria de Segurança Institucional, mas no tempo em que esteve ativo, foram atendidas 50 pessoas em 3 meses, sendo o espaço utilizado para reuniões da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, da Coordenadoria de Comunicação Social, da Secretaria de Orçamento e Finanças, da Secretaria de Gestão de Pessoas, do Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde e da Secretaria de Execução da Fazenda Pública, além das atividades de ambientação de estagiários e servidores, oficinas de capacitação e grupos focais de gestão por competência; o espaço possui os seguintes materiais: 11 cadeiras, 2 mesas, 1 frigobar, 7 notebooks, 1 televisor, 1 flipchart; temos também um sistema de agendamento automático de reuniões via GoogleCalendar; assim, tão logo seja retomado o espaço de co-working, avançaremos nos itens do planejamento a exemplo da criação de uma identidade visual para o co-working e fazer a divulgação do espaço para todo o tribunal; no slide que está sendo apresentado no momento, é possível visualizarmos o espaço como era antes e depois de o projeto ter sido criado, bem como registros de seu uso pelas unidades do tribunal; temos ainda o **Projeto Central de Atendimento ao Servidor**, já avançamos nos estudos da documentação no WhatsApp para poder criar um menu automático e já estamos em fase de implementação desse sistema automatizado de trocas de mensagens, ficando os serviços disponíveis por 24 horas. A **Diretora da SEGGEST** esclareceu que a próxima unidade a fazer uso da palavra seria a Corregedoria Regional, considerando que o representante da unidade já se encontrava presente. **7 - CORREGEDORIA REGIONAL (CORREGI)**: o servidor **Ricardo Marques de Lima**, Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional (CORREGI) esclareceu que o seu comparecimento à reunião apenas naquele



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

momento foi em face da Correição Ordinária que estava sendo realizada na 9ª VTM, manifestando-se da seguinte forma sobre os projetos da unidade: a Corregedoria Regional tem basicamente 06 (seis) projetos que serão desenvolvidos em 2023, o primeiro é o **Painel Hórus x Painel Power BI**: o Hórus é um painel estatístico que herdamos da 8ª Região e que foi desenvolvido aqui através de um programa chamado Qlik Sense, mas atualmente, o programa para coletar dados que está em evidência é o Power BI; quando se faz uma pesquisa sobre os programas que trabalham dados estatísticos, o Power BI é o programa que se destaca; então, estamos migrando do Painel Hórus para o Painel Power BI, no que se refere à Corregedoria; já foi feita a contratação, estando sendo resolvido apenas um problema de ordem burocrática com a Microsoft; a partir do momento em que tivermos a autorização, nós vamos poder fazer a automação das atas de correições, que é o **Projeto Atas de Correições Automatizadas**; para se ter uma ideia, desde 2017, os TRTs já dispõem de ata de correição automatizada; todos os dados estatísticos vão automaticamente para a ata, o que facilita já que o programa atualiza automaticamente, o significa que todas as atas das 32 Varas do Trabalho estariam prontas desde o início do ano, só necessitando de um click para atualização quando da data da correição, o que importa muito em termos de economia de tempo e de pessoas, pois precisamos que sejam analisados todos os atos e depois que estes sejam colocados na ata; o terceiro **Projeto Painéis do TRT16** é uma parceria entre a Corregedoria do TRT11 com a Corregedoria do TRT16, que nos fornecerá 03 painéis, dentro os quais destaco o **Painel Luz**, que faz o seguinte: todas as nossas varas são avaliadas e classificadas no IGEST (Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho), que é um índice que faz a classificação das mais de 1.570 varas existentes nos TRTs, com base em dados estatísticos relativos ao acervo processual, celeridade, produtividade, taxa de congestionamento e força de trabalho, refletindo o desempenho de cada vara do trabalho; o IGEST é calculado a cada 03 meses, então enquanto o índice não é divulgado, nós ficamos no escuro; por isso, o TRT16 criou o Luz, programa no Power BI que analisa os dados em tempo real, o que permitirá as varas acompanharem seu desempenho, verificando em que indicador está ruim e em quais processos será preciso trabalhar para melhoria dos resultados; o IGEST classifica as varas assim: 25% das varas com desempenho mais satisfatório; 25% das varas com desempenho menos satisfatório e, entre as duas faixas, as 50% dos restantes das varas; nós temos 13 varas no grupo que está entre as 25% unidades com os melhores resultados no país, são elas: 1ª VTM, 2ª VTM, 7ª VTM, 8ª VTM, 09ª VTM, 10ª VTM, 15ª VTM, 16ª VTM, 18ª VTM, 19ª VTM; 1ª VT de Boa Vista, 2ª VT de Boa Vista e 3ª VT de Boa Vista; dentre as 13 varas, a 2ª VT de Boa Vista está em 24º lugar e a 1ª VT de Boa Vista está em 25º no ranking geral, o que é extraordinário; e o **Painel Hermes** é um painel que vai ser disponibilizado para as varas como uma ferramenta de gestão para os diretores de secretaria; o servidor terá em um só painel as 03 (três) fases do processo (conhecimento, liquidação e execução) e dentro destas 03 faixas, há as cores cinza, verde e vermelho; se estiver vermelho, é ali que precisa inicialmente ser trabalhado, pois é onde está o impacto negativo maior da vara; se estiver amarelo, a mensagem é tenha cuidado, pois há possibilidade de se atingir o vermelho; se estiver verde, isso sinaliza que se estar bem; ao clicar no vermelho, serão mostrados quais os processos que estão em atraso, o que precisa ser movimentado; ao clicar, o programa direcionará diretamente para o processo no PJe para resolver; o **Painel Estatístico da Corregedoria** é um projeto que se volta para a análise das correições; como dito anteriormente, só será possível quando tivermos a licença para o Power BI, mas já estamos montando todo o painel, só não conseguimos, no momento, é publicá-lo; o **Novo portal da**



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Corregedoria, estamos trabalhando nesse projeto porque, ao abrirmos o portal da Corregedoria e o do tribunal, não é possível distinguir qual deles o usuário está acessando; então, pretendemos dar um visual diferente para o portal da Corregedoria, dentro das necessidades específicas dessa unidade; o último projeto é o ***Itinerância de Boa Vista – redistribuição de jurisdição***: quando foi feita a correção em Boa Vista, foi percebido que, das 03 varas que compõem o fórum, apenas 02 participavam das itinerâncias; em uma das varas, 50% ou mais de 50% dos processos vêm das itinerâncias e os processos que vêm das itinerâncias, na sua maioria, são de jurisdição voluntária, tendo menor complexidade, enquanto a vara que não participava da itinerância acaba recendo todos os processos de maior complexidade, que entram por sorteio na vara, gerando assim um desequilíbrio muito grande; neste sentido, a Corregedora Regional pediu aos juízes que se reunissem e fizessem uma redistribuição e apresentassem à Corregedoria para ser submetida à avaliação a redistribuição da jurisdição da itinerância de Boa Vista; não se trata de mudar a jurisdição, que é estabelecida por resolução administrativa ou por lei; é apenas para fins de itinerância; a Corregedoria já está analisando a proposta feita pelos magistrados e, assim que for aprovada, todas as 03 varas participarão da itinerância, proporcionando assim equilíbrio em termos de complexidade de matérias para as 03 varas do trabalho; a melhor vara no IGEST é a 2ª VT de Boa Vista, que é a vara que não participa da itinerância e já recebe matérias bastante complexas; acreditamos que o equilíbrio proporcionado por essa redistribuição contribuirá para que essa vara apresente um desempenho melhor no sentido de figurar entre as primeiras colocadas do IGEST. Ao que a **Diretora da SEGGEST** acrescentou que quando o IGEST foi lançado em 2017, a 2ª VT de Boa Vista era a primeira colocada em termos de desempenho no país. **8 - COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (COORDCOM)**: o servidor **Matheus da Silva Santos**, Diretor da Coordenadoria de Comunicação Social (COCOM) falou o seguinte: nossos projetos estão dentro dos objetivos estratégicos *Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica e Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais*; desde o início da atual gestão, a COORDCOM tem feito um trabalho de humanização de nossos perfis, bem como melhorias de comunicação interna que vai desde a criação de uma comunidade no whatsapp até as adaptações/ajustes nos boletins que antigamente eram enviados todos os dias e acabava enchendo as caixas de entrada dos e-mails dos servidores; fizemos ajustes também em relação aos comunicados, que passaram a ser enviados às terças e às quintas; destacamos também o TRT na mídia, que é como o público externo está vendo o Regional; quanto ao ***Vídeo Institucional***, a nossa ideia é mostrar as peculiaridades do Regional, considerando que o TRT11 é um tribunal *sui generis*, conforme o Excelentíssimo Presidente do TRT11 costuma falar, e há ainda um certo desconhecimento, até mesmo um certo preconceito sobre o Amazonas; então, pretendemos mostrar a grandeza da nossa região e as peculiaridades existentes no nosso tribunal; quanto ao projeto ***Novo Portal Intranet***, a ideia é melhorar nossa comunicação interna, pois muitos servidores ainda desconhecem os serviços prestados pelo tribunal, poucos acessam a intranet, que é uma fonte de conhecimento interno, principalmente, para divulgar as ações internas, como as pesquisas e os eventos que estão sendo realizados; o primeiro objetivo deste projeto é, pois, melhorar a comunicação interna além da divulgação dos serviços de acesso direto aos sistemas internos; como são muitos sistemas, a ideia é que ao acessar o sistema operacional, em parceria com a SETIC, o primeiro sistema a abrir seja o Portal Intranet, que permitirá o acesso aos demais sistemas do tribunal; quanto às atividades já realizadas, temos: - Briefing feito primeiramente com a SETIC; nossa grande parceira neste projeto; - Definição de layout; - Funcionalidades; -



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Mapeamento; -Criação de ícones, template; - Alinhamento com SETIC; e - Adaptação de layout/ajustes, porque muitas funcionalidades que estavam no portal anterior, quase não eram acessadas; não vimos a necessidade de colocar tudo o que estava no portal anterior, pelo contrário, o intuito é fazer de uma forma mais simples para que as pessoas tenham prazer em acessar o portal diariamente; o slide que está sendo apresentado agora mostra como é hoje; no momento da captura da imagem, apenas 08 usuários estavam on-line; o slide seguinte mostra como está ficando hoje; já percebemos um design bem mais melhorado, onde os servidores terão todas as funcionalidades e todos os sistemas em um lugar só, notícias também; ressaltando que há pedidos de publicação no portal, mas, de acordo com o Manual de Comunicação, não podemos publicar determinadas matérias, porque são notícias de cunho interno; contudo, tais publicações poderão ser feitas no portal intranet, a exemplo também de reuniões que não tenham relevância para o público externo, sendo de interesse apenas interno; na nova versão do portal da intranet, teremos uma área para os comunicados, para os aniversariantes como na versão anterior; quanto aos classificados, estamos analisando se há necessidade de continuidade ou não desta funcionalidade; assim, estamos definindo funcionalidades; e o que é importante no nosso entender? Na nossa intranet, estarem disponibilizadas os cursos ofertados pela Escola Judicial, os comunicados internos, as notícias que são de fato relevantes para o tribunal, para o público interno, os serviços de TIC, Gestão de Pessoas, Saúde, Aniversariantes, Manuais, o Acesso Rápido aos sistemas do TRT11 como PJe, E-SAP, PortalRH, ETRANSPORTE, HELPDESK ou ao E-MAIL, à BIBLIOTECA VIRTUAL, ao MALOTE DIGITAL dentre outras funcionalidades, para visualizarmos o que temos de importante. Quanto ao *Vídeo Institucional*, este projeto tem como objetivo, portanto, apresentar o TRT11 bem como as peculiaridades do nosso regional, principalmente, nos eventos para o público externo e ambientação de servidores ou quando for feita alguma visita institucional fazendo-se uso de um vídeo curto, que mostre a cara do nosso tribunal e o que órgão realiza no cumprimento de sua Missão e para o alcance da Visão Institucional. Quanto às atividades realizadas, fizemos um roteiro, imagens e vídeos foram selecionados e foram feitas as primeiras edições. A ideia é que nós apresentemos o vídeo no COLEPRECOR, na abertura do evento. É o que está sendo feito por nossa equipe interna juntamente com todas as outras demandas que possuímos; estamos em busca de um videomaker; se observarmos nosso Instagram, para se ter uma ideia, nos últimos 5 meses, aumentamos em 4.000 seguidores, o que é um número muito relevante para a COORDCOM, já é quase o total que tínhamos nos últimos anos. Vamos aproveitar também a realização do concurso do TRT11, que é a melhor época para engajamento nas redes sociais, ocasião em que peço à SGPES que nos passe informações para que possamos repassá-las ao público interessado nas notícias do concurso. Finalizo minha apresentação, mostrando uma representação do nosso vídeo. **9 - COORDENADORIA DE SAÚDE (CODSAU):** a Diretora da Coordenadora de Saúde, a médica **Karla Cristina Silva Petruccelli Israel**, assim se manifestou: o *Saúde em Movimento* é um projeto único que engloba várias entregas. Como nós somos uma atividade de apoio, a ideia é colocar a Coordenadoria de Saúde a serviço do servidor, criando uma cultura de autocuidado entre servidores e magistrados, com um maior acesso a todas as etapas do processo de saúde que nós temos a obrigação de cobrir que são: Saúde Assistencial; Saúde Preventiva e Saúde do Trabalho. Nós já conseguimos entregar a primeira etapa do projeto, que foi o *1º Seminário de Perícia Médica Oficial do Amazonas*, realizado em 02/06/2023. Havia uma lacuna grande antes, porque os profissionais de Perícia Oficial não dialogavam entre si, e isso criava muitos problemas, muitos ruídos nos serviços de perícia. Foi muito



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

interessante a realização desse evento, porque nós conseguimos reunir no tribunal todas as atividades de Perícia Oficial do Estado, com a participação do Conselho Regional de Medicina, da Sociedade de Cardiologia do Amazonas e de Peritos de todas as esferas do Poder Público; tivemos representantes do Tribunal de Justiça do Amazonas, da Assembleia Legislativa do Amazonas, do Tribunal de Contas, do Tribunal Regional Eleitoral dentre outros órgãos. Nós conseguimos através desse fórum, desenvolver um grupo de cooperação e daqui para frente é bem mais fácil que haja um discurso comum, porque, às vezes, nos interagimos, sendo necessário que esses colegas venham até a gente ou nós sentimos a necessidade de ir até eles, já que existem situações de perícia que passam por ambos os órgãos. E havendo essa uniformidade, a interação vai ficar bem mais fácil, evitando-se situações futuras em que existam ruídos. Este evento foi muito interessante, sendo acessado no YouTube, inclusive por outros TRTs e muito comentado no grupo de médicos do serviço público. A nossa próxima entrega engloba o **Programa de Brigadas de Resposta Rápida do TRT11**, que já está em fase de elaboração, tendo sido feitos o termo de referência e o programa teórico-prático. Foi realizado o 1º. Encontro de equipes operacionais e contato primário com a gestão da instituição parceira (Universidade do Estado do Amazonas). Já está formatado o curso e a única coisa que está pendente ainda é a elaboração do termo de cooperação interinstitucional para efetivação de convênio, porque a rede operacional já está toda alinhada entre os executores do processo. Nossa 3ª entrega é o **Programa de Controle de Doenças Crônicas Não Transmissíveis**. Como os slides haviam sido preparados há algumas semanas atrás, atualizando a informação, o projeto padrão já foi submetido à Plataforma Brasil, considerando que a submissão de pesquisas que envolvem pessoas à plataforma nacional de ética em pesquisa é pré-requisito para uso de dados e nós queremos transformar esse projeto em uma publicação científica; a ideia é publicarmos na Revista Brasileira de Saúde Pública e o nosso sonho maior é que este estudo faça parte dos arquivos da Fundação Oswaldo Cruz; este projeto se propõe a buscar um dado novo que é o mapeamento de saúde de todas as áreas do tribunal, inclusive, permitirá que respondamos a um questionamento feito pela Corregedoria sobre a saúde do pessoal das varas do interior; foi realizado o primeiro encontro com a coordenação de equipe operacional da instituição parceira (UFAM), no caso, com o Departamento de Saúde Coletiva da UFAM, que tem braços em muitas unidades do interior onde nós temos Varas do Trabalho; nesse sentido, a instituição parceira permitirá dados que até então não possuíamos mediante os executores primários do projeto de rastreamento nestes municípios; pendente ainda a formalização de termo de cooperação interinstitucional para efetivação de convênio; já conversamos com o Diretor da faculdade, mas a questão precisa ser tratada com o Reitor. Por fim, nossa quarta entrega é o **PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional)**, que está na fase de elaboração do Plano de Gerenciamento de Riscos, tendo sido elaborado Termo de Referência para contratação de empresa especializada; estamos com o PCMSO e o Plano de Gerenciamento de Riscos vencidos desde o ano passado; a grande dificuldade a ser enfrentada consiste em encontrar empresas licitantes com bases operacionais nos municípios do interior do estado onde existam VTs em Boa Vista também; além do que estava previsto, estamos desenvolvendo também outras ideias/iniciativas que não se enquadram no PGP, como a nossa página própria, pois a intranet não conseguiria carregar todo o material que temos disponível a exemplo de Boletins de Saúde e e-books que são interessantes, mas por serem muito grandes, o servidor acaba não tendo acesso a eles; com a criação da nossa página, o servidor terá acesso direto a essas publicações e as informações serão bem mais capilarizadas. Ao que



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

a **Diretora da SEGGEST** solicitou a palavra e fez a seguinte colocação: antes da próxima apresentação, gostaria de ressaltar que, com a reestruturação organizacional e funcional do TRT11, contamos hoje com uma Coordenadoria de Cooperação Judiciária, cuja diretora está presente nesta reunião, que é a servidora *Geanne de Oliveira Valente*, que pode auxiliar os gestores em relação aos pedidos de cooperação judiciária. **10 - COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS (COMANP):** o servidor **José Ricardo Ribeiro dos Santos**, Diretor da Coordenadoria de Manutenção e Projetos (COMANP) fez os seguintes comentários sobre os projetos da referida unidade: temos 4 projetos integrando o Plano de Gestão da Presidência, que são: ***Construção da Vara do Trabalho de Tefé; Construção do Bicicletário e do Vestiário; Construção do Novo Plenário no térreo do prédio sede e Adequação do Espaço Físico para instalação do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS);*** a ***Construção da Vara do Trabalho de Tefé*** tem como objetivo a melhoria das instalações da vara, proporcionando aos usuários conforto, acessibilidade, estabilidade, estanqueidade e segurança contra incêndio, pois havia uma edificação antiga, não sendo possíveis adequações de acessibilidade; havia diversos problemas estruturais e foi decidido então pela demolição do prédio antigo e construção de uma nova edificação; ainda em 2021, foi feita a demolição e, em 13 de fevereiro deste ano, iniciamos a construção do novo prédio para abrigar a VT de Tefé; a obra está em andamento, com 50% de execução, com as fundações concluídas, alvenaria e estrutura em andamento; a obra está sendo feita pela Construtora Soberana, com valor de R\$ 1.204.756,92, com previsão de conclusão para 12 de dez/23; a nossa fiscalização tem acompanhado essa obra de perto, inclusive o nosso engenheiro *Davi Gruhn* está em Tefé neste momento; os problemas surgidos estão sendo transpostos e esse acompanhamento tem sido assim até porque há recursos com destinação própria para essa obra que precisam ser empregados até dezembro deste ano; o segundo projeto é a ***Construção do Bicicletário e do Vestiário;*** esse espaço objetiva fomentar o uso de bicicletas como alternativa de locomoção, por ser um transporte sustentável, econômico e saudável, além de ser um espaço adequado para atender aos servidores e magistrados que utilizam bicicletas como meio de transporte; esse espaço será construído no anexo administrativo, sendo feita a adequação da área onde funcionava o antigo protocolo, sendo uma parte dos banheiros transformada em vestiário, com acesso exclusivo para os ciclistas, com disponibilização de um espaço para guardar as bicicletas; o valor deste projeto é de R\$ 250.000,00; serão feitas adequações também na rampa de acesso ao prédio-sede, sendo, portanto, uma obra integrada que possui vestiário, bicicletário e rampa de acesso; o início está previsto para setembro/23 e a conclusão, para novembro/23; a obra vai ser construída através de uma contratação que estamos fazendo com uma empresa de manutenção predial sob demanda, havendo vários projetos atrelados a essa contratação; acreditamos que até o dia 14/08, ocorra a homologação dessa contratação; assim, o projeto está dependendo apenas da efetivação dessa contratação; o outro projeto é a ***Adequação do Espaço Físico para o LIODS,*** Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; o valor previsto deste projeto é R\$ 100.000,00; o início da construção do LIODS também depende dessa empresa de manutenção sob demanda que vai ser contratada, estando previsto para setembro/2023 e a conclusão em novembro/2023; o LIODS tem como objetivo incentivar o desenvolvimento de ideias, soluções, projetos e produtos; a obra irá proporcionar espaço adequado para atender aos servidores e magistrados que utilizam o espaço do laboratório; este projeto e o anterior foram desenvolvidos pela Seção de Arquitetura e como dito anteriormente, o início da obra depende de conclusão da licitação de empresa para



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

realização de manutenção e pequenas obras; por fim, temos o projeto *Novo Plenário Sede Judiciária*, que está 60% executado, com previsão de conclusão para março/2024, porque pelo valor, não havia possibilidades de ser incluído no orçamento deste ano, sendo incluído na POP (Proposta Orçamentário Prévia) do próximo ano; o novo plenário será construído na área do prédio-sede onde funcionava o antigo CEMEJ; com instalações mais amplas, acessíveis, modernas e funcionais, que proporcionarão mais conforto aos usuários, sendo um espaço mais amplo, com acabamento adequado, com acústica adequada; esse novo espaço está abaixo exatamente do plenário atual e haverá um elevador fazendo a interligação entre estes dois espaços; este projeto também foi desenvolvido pela Seção de Arquitetura e o início da obra depende de conclusão de uma contratação à parte no próximo ano, sendo a previsão de conclusão da obra agosto/2024. **11 - DIVISÃO DE EXECUÇÃO CONCENTRADA (DECON):** a servidora **Cristina Marinho da Cruz**, Diretora da Divisão de Execução Concentrada (DECON) teceu os seguintes comentários: o nosso primeiro projeto é o de *Execução Médios Devedores*, porque a nossa resolução autoriza a centralização de grandes devedores e há muitas exigências; com isso, houve certo esvaziamento porque há muitos requisitos e as empresas ficaram receosas em face de terem que apresentar diversos documentos; então, criamos esse projeto de centralização das execuções de médios devedores com parcelamento de débito ou venda de bens em hasta pública, com o intuito de ajudar as varas, de impulsionar o processo de execução no tribunal; em um primeiro momento, mapeamos os médios devedores, depois expedimos ofícios às Varas para que informassem quem eram os médios devedores e que nos indicassem quem elas tinham interesse nessa centralização e já encaminharam a Certidão de Débito Unificado (CDU) das executadas que poderiam ser centralizadas; quanto às dificuldades vivenciadas, a maioria das Varas deu ciência no E-Sap, mas não informou que executadas pretendiam ver centralizadas; foi preciso então entrarmos em contato e ressaltar que precisávamos dessas informações, dilatando o prazo para a manifestação das varas, o que atrasou um pouco o cronograma; até ontem, ainda havia varas encaminhando as certidões; hoje estamos consolidando as informações para verificarmos quais as executadas serão centralizadas; não obstante, houve a centralização de 1 executada de médio porte com total sucesso, sendo pagos 28 processos no valor total de R\$ 615.228,50, sendo feita uma venda direta de um bem; tudo isso em um prazo bem curto, sendo os processos quitados devolvidos para as varas; nosso segundo projeto é a *Consolidação das Normas da CONAE*; a Coordenadoria de Apoio à Execução - CONAE antes desta nova reestruturação apresentava 04 Divisões e nós chegamos a reunir todas as resoluções e realizar pesquisas em outros Regionais; iniciamos o processo de elaboração da minuta da resolução, só que sobreveio nova reestruturação administrativa do TRT11 que alterou significativamente a estrutura da CONAE, que foi transformada em DECON e 02 Divisões foram retiradas; há, pois, necessidade de rever a minuta para a retirada das Divisões bem como rever as atribuições da DECON e da DIPEP que foram separadas na reestruturação, possuindo coordenadores distintos; acreditamos que, na próxima RAE, já teremos boas notícias acerca desse nosso projeto. **12 - DIVISÃO DE CONTADORIA JUDICIÁRIA (DICONJUD):** o servidor **José Airton Alves de Abreu Junior**, Diretor da Divisão de Contadoria Judiciária (DICONJUD) assim se manifestou: apenas para contextualizar, a DICONJUD possui o projeto *Plano de Apoio às Varas*, que surgiu em face de alguns contatos de diretores das varas solicitando apoio na questão dos cálculos, e por regra do tribunal, só podemos atuar nas varas de forma individual em cada processo mediante autorização da Corregedoria; a ideia então seria encurtar esse caminho e atuar de forma mais



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

ampla em cada necessidade, atendendo cada vara que estivesse precisando desse auxílio emergencial; estamos falando de um suporte excepcional e temporário, porque cada vara tem um calculista, um ocupante de função comissionada para realizar os cálculos, não sendo interessante que façamos este serviço, atuando apenas em termos de apoio em caso de dificuldade; após a primeira reunião, com autorização, fizemos contatos com as varas informando da nossa iniciativa; a 6ª Vara do Trabalho nos solicitou apoio no mês de maio (Piloto) e nós atuamos por trinta dias nos processos da referida unidade; logo após, veio a posse de novos servidores e isso fez com que essa iniciativa perdesse um pouco sua relevância, porque a necessidade das varas não consistia mais que a Contadoria atuasse nos processos e sim, na formação dos servidores novatos; neste momento, estamos prestando mais apoio aos calculistas em relação ao trabalho em si do que trabalhando nos processos das varas; mas, de qualquer forma, entendemos que esse apoio objeto do projeto é um mecanismo importante para se manter, porque hoje as varas já conseguiram preencher seu quadro de pessoal, mas não sabemos como será um pouco mais para frente; a ideia é manter a disponibilidade desse projeto, mantendo-se uma divulgação eventual desse serviço para que todas as varas saibam da sua existência e que a Contadoria está à disposição para atender em caso de necessidade. Ao que a **Diretora da SEGGEST** informou que, em relação à próxima unidade a fazer uso da palavra, conforme já havia falado anteriormente, o gerente do projeto, o servidor *Elson Martins De Sena* estava em gozo de licença médica. Como o referido gerente havia enviado seu material de apresentação, a explanação do andamento do projeto ficaria a cargo do servidor *Matheus de Jesus Carvalho Moura*, Diretor da Assessoria de Integridade e Gestão de Riscos (ASSIGER). **13 - DIVISÃO DE PESQUISA PATRIMONIAL (DPP):** o servidor **Matheus de Jesus Carvalho Moura** teceu os seguintes comentários sobre o **Projeto Relatório de Pesquisa Prévia**: como foi já mencionado anteriormente, a pesquisa patrimonial saiu da estrutura da antiga Coordenadoria de Apoio à Execução (CONAE), transformando-se em Divisão de Pesquisa Patrimonial (DIPEP), unidade vinculada diretamente à presidência do tribunal; o projeto da DIPEP possui 3 entregáveis: 1- *Manual de Ferramentas*, que objetiva: a) Suprir a deficiência de conhecimento dos servidores sobre pesquisas patrimoniais; b) Aumentar a eficiência do uso das ferramentas; e c) Diminuir a necessidade de intervenção direta da DIPEP, focando na atividade final (pesquisa patrimonial). O manual atende ao que está consignado no § 3º do artigo 6º da Resolução CSJT n. 138/2014, sendo um artefato que todo Regional deveria apresentar. No momento, referido manual está sendo desenvolvido pela DIPEP, com a previsão de que, no dia 25/08, seja enviado para a diagramação. Com o manual, será possível ter as informações centralizadas de todos os sistemas utilizados pela pesquisa patrimonial tais como SISBAJUD, RENAJUD, SerasaJUD, PREVJUD, SNIPER, SIEL, INFOJUD, SIMBA; como são vários os sistemas usados, não irei falar o nome de cada um; 2- *Relatórios de Pesquisa Patrimonial*: os relatórios circunstanciados dos resultados obtidos com ações de pesquisa e investigação são exigidos pela Resolução CSJT n. 138/2014, no artigo 2º, inciso VIII; observamos que o § 4º do artigo 6º da referida resolução dispõe que todo o material produzido pelos Núcleos de Pesquisa Patrimonial deve estar disponível, preferencialmente pela intranet, para que os magistrados e servidores possam se utilizar desse conhecimento para maior efetividade da fase de execução. A compilação das pesquisas da DIPEP já está sendo providenciada e a disponibilização do manual, dos relatórios, do histórico patrimonial das empresas e sócios, enfim, de todo o material produzido na intranet já sendo tratada com a SETIC, nos moldes da nova intranet que está sendo desenvolvida; 3 - *BANEX – Banco de Dados de Executadas*:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

trata-se de um repositório de dados das executadas que já está sendo utilizado pelos TRTs da 1ª e 8ª Região; já foi enviado ofício do Juiz designado para atuação na Divisão de Pesquisa Judiciária a esses tribunais para que seja disponibilizado o código fonte do BANEX visando à implantação desse sistema aqui no tribunal. O interessante do BANEX é que vai permitir que todas as movimentações processuais relevantes dos grandes devedores, dos grandes executados, sejam disponibilizadas nesse mesmo sistema, com vistas, inclusive, a minimizar os atos executórios em relação aos grandes devedores. Só para complementar, está sendo implementado na DIPEP um sistema de chamados semelhante ao usado pela SETIC. **14 - COORDENADORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (COSEG):** o Diretor da Coordenadoria de Segurança Institucional (COSEG), o servidor **Oswaldo Henrique Rodrigues da Silva**, teceu os seguintes comentários: a COSEG possui 5 projetos, que são: ***Melhor Prevenir a Remediar, Muttley, Preço Justo – Benefício Abastecimento TRT11, Rede de Segurança Integrada (RSI) e Retina;*** o ***Projeto Melhor Prevenir a Remediar*** visa programar, desenvolver e divulgar campanhas educativas que visem à melhoria das condições gerais de segurança no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho e também na área externa; hoje as atribuições dos Agentes de Segurança estão entrelaçadas com os Agentes da Polícia Judicial; o fardamento que é usado hoje em dia ajuda na questão da segurança, da prevenção; temos também o POP - Procedimentos Operacionais Padrão da área de Segurança realizados pelos Agentes da Polícia Judicial, onde são inseridos temas como: a) postura do Agente da Polícia Judicial; b) entrada, saída, permanência e controle de acesso do público e bens materiais nas dependências do TRT11; c) abordagem de pessoas em atitude suspeita; d) atendimento médico de emergência e primeiros socorros: aliás, tem havido várias ocorrências dessa natureza aqui no tribunal, e nós estamos fazendo a estatística do período, de quantos dias estamos sem um acidente, inclusive, estamos providenciando orientações quanto ao uso das escadas, para que se evite olhar o celular enquanto a pessoa está descendo; e) pane em elevador com pessoas em seu interior: os agentes policiais estão capacitados não para fazer a retirada das pessoas que se encontram presas em elevador, porque é preciso agir com cautela e não colocar a pessoa em um situação maior de risco e pôr a vida do agente policial também em perigo, mas para lidar com esses indivíduos, acalmando-os enquanto ocorre a chegada dos bombeiros; f) porte de arma de fogo para uso dos agentes da polícia judicial: nós já fizemos a compra do armamento, providenciamos o treinamento para uso do equipamento, lembrando que temos também equipamentos não letais como espargidores, sendo que hoje esses profissionais estão sendo treinados cada vez mais; o ***Muttley*** é um projeto que nasceu no coração do Excelentíssimo Desembargador Presidente do TRT11, um visionário da área de saúde, atleta, aliás, temos vários atletas aqui no tribunal; gostaria de ressaltar que gostei muito do projeto da COMANP que versa sobre a construção do bicicletário, iniciativa que ajuda a preservar a saúde dos servidores e contribui para o meio ambiente; o objetivo do ***Muttley*** consiste basicamente em estimular a participação de servidores do TRT11, independentemente da faixa etária, em práticas esportivas formais e informais de maneira sistematizada e contínua, com destaque para as competições das Olimpíadas Nacionais da Justiça do Trabalho (2023/2024) – ONJT; já contamos com 59 servidores, dentro os quais cerca de 10 pertencem à Justiça Federal, que se juntaram a nós, que somos da Justiça Trabalhista, para participação na 20ª Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho, que ocorrerá no período de 23 a 29/09 em João Pessoa/PB; nossa meta é sermos o 01 na próxima olimpíada; o percentual de execução desse projeto é de 25%, tendo sido realizadas as seguintes ações: - cadastro dos interessados; - disponibilidade de compras dos materiais pela



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Associação em atendimento às solicitações; - disponibilidade de locais para os treinos; - busca de patrocinadores entre os cooperados; - reuniões com a presidência deste Regional, que inclusive determinou 1h a menos no expediente para aqueles que forem treinar; - participação em eventos esportivos regionais; quanto às dificuldades, destacamos: a) tempo para treinar; b) materiais; c) passagens aéreas; d) estadia; e e) divulgação no TRT11; iniciativas para solucionar tais dificuldades: a) em 28 de junho, o TRT-11 concedeu dispensa de uma hora para os servidores para os jogos; b) o SITRA-AM tem realizado compras para os atletas; c) vamos verificar a possibilidade de patrocínios para os Medalhistas de ouros pela fornecedora de passagens do TRT11; d) vamos verificar a possibilidade de solicitações de apoio de empresas; e e) vamos solicitar do Setor de comunicação do TRT11 um apoio maior na divulgação de matérias relativas a este projeto. O tenente-coronel PM **Ailton Luiz dos Santos**, Diretor da Divisão de Apoio Externo Institucional (DIVAEI), assumiu a apresentação a partir de então, sendo estas as suas palavras: o **Projeto Preço Justo-Benefício Abastecimento TRT11** tem como objetivo disponibilizar, de forma gratuita, um aplicativo de abastecimento de veículos com descontos exclusivos na compra de combustível em postos de gasolina por um período de seis meses; a princípio, pensávamos em atingir o setor de transportes, gerando economicidade na utilização do combustível; no entanto, a empresa que está fazendo uso dessa modalidade em aplicativo ainda não opera em alguns municípios onde o TRT11 está; dessa forma, procuramos focar nos servidores ativos e inativos do TRT11; a vantagem é estar cadastrado e obter um ganho de R\$ 0,25 a R\$ 0,30 de desconto por litro de combustível; já foi firmado e publicado no DOU o Acordo de Cooperação n.05/2023/TRT11 entre o TRT11 e a empresa LF SAMPAIO REBELO EIRELI, que objetiva disponibilizar o aplicativo 'PREÇO JUSTO' aos servidores do Estado do Amazonas; inclusive, a referida empresa estará conosco na próxima semana para as tratativas quando ao cadastrado dos servidores interessados; teremos equipes para cadastros em nossas portarias; este projeto está 90% executado; o **Rede de Segurança Integrada (RSI)** visa aperfeiçoar as forças de segurança no apoio às itinerâncias em Boa Vista e nos municípios do interior; o produto final consiste em um Plano de Apoio a magistrados e servidores, com a finalidade de fornecer recursos e meios de segurança adequados para garantir a proteção da vida de magistrados e servidores; o percentual de execução é de 10%; visando deliberar a melhor forma possível de atendimento em caso de sinistro e ocorrências, foram expedidos ofícios ao(à): - Comandante Geral da Polícia Militar de Roraima/PMRR; - Secretário Municipal de Segurança Urbana e Trânsito; - Gerente de Aeroporto – Boa Vista/RR; -Airport Manager - Concessionária Aeroportos da Amazônia; - Comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva do Exército Brasileiro em Boa Vista/RR; - Comandante Geral do Corpo de Bombeiros - RR; - Secretária Municipal de Saúde, Diretora do SAMU – BV/RR; o **Retina** visa implementar a utilização de Drones nas Operações de Segurança, modernizando os procedimentos utilizados pela Coordenadoria de Segurança Institucional; assim, se um oficial de justiça necessitar adentrar em um terreno meio inóspito, com muros, lamaçal, o drone será enviado primeiro, verificando-se se é o caso de adentrar ou chamar reforço, mitigando-se assim ameaças e vulnerabilidade; o uso dos drones também foi muito bem visto pelo setor de engenharia do TRT11, já que a ferramenta pode ser utilizada em vistorias de obras, acrescentando que o servidor *Davi Gruhn* está participando conosco do curso de habilitação; o percentual de execução do projeto é 25%, tendo sido autorizada a aquisição de um VANT (veículo aéreo não tripulado), conhecido como Drone, no Plano de Contratações Anual 2023; houve a designação da Equipe de Planejamento da Contratação (Portaria nº 211/2023/DG - de



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

27/07/2023); pretendemos também apresentar até o término do projeto um *Manual de Operações com Drones no âmbito da Polícia Judicial*. **15 - Seção de Gestão Socioambiental, Acessibilidade e Inclusão (SEGEAMBI):** o servidor **Hylace Miranda Braga Filho**, Diretor da Divisão de Laboratório de Inovação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – LIODS-TRT11, unidade à qual a SEGEAMBI se encontra vinculada, assim se manifestou: estou hoje aqui em função dupla, pois estou representando o LIODS-TRT11 e a SEGEAMBI, ao lado do chefe desta unidade, a quem passarei a palavra daqui a pouco; nós temos um laboratório que é uma coisa nova, um centro de experimentação, de inovação, mas muitos ainda não o conhecem; por isso, nossa política é de sensibilização, no intuito de haver o engajamento de magistrados e servidores na criação de soluções para os nossos problemas; o laboratório é um ambiente aberto para experimentarmos, espaço ideal para serem levadas as nossas dores, para conversarmos e formamos uma equipe, idealizarmos a solução e montarmos um projeto; acredito que possamos fazer coisas maiores em nosso tribunal, pois temos pessoas muito criativas e extremamente capazes; gostei muito do projeto que incentiva o uso de bicicletas e do projeto *Muttley* apresentado pelo servidor Osvaldo Henrique; eu gostaria de fazer um pedido no seguinte sentido: o laboratório é um parceiro, então, quando tiverem uma ideia, no nosso portal, no menu do Laboratório de Inovação, teremos uma escuta ativa, onde poderão ser inseridas as ideias, fazendo-se uma explicação sucinta acerca delas, para que possamos fazer um grande portfólio de ideias, que será submetido à apreciação do Comitê de Inovação do TRT11, para posteriormente, serem desenvolvidos os projetos, obtendo-se assim resultados positivos; vou falar agora do *Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)*, que é uma das entregas do *Projeto TRT11 Sustentável*; por meio desse inventário, pretendemos mitigar os impactos ambientais negativos resultantes das atividades institucionais em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU; contextualizando, um compromisso global foi firmado em 2015 por 193 países; trata-se de uma agenda ambiental, de sustentabilidade; o Inventário de Gases de Efeitos Estufa (GEE) corresponde ao levantamento de geração de emissão de gases de efeito estufa; em um primeiro momento, entendia-se que só a atividade privada, industrial e/ou comercial possuía um grande dever com a sociedade; a administração pública, por não realizar atividades produtivas em termos de beneficiamento de produtos, ficava de fora, mas após um estudo realizado há alguns anos atrás, verificou-se que a administração pública também gera muitos gases de efeito estufa, a exemplo da utilização de veículos, das edificações de prédios, do consumo de energia, de passagens aéreas, que estão entre os escopos que geram emissão de gases de efeito estufa; foi instituída a Equipe de Trabalho Técnico para elaboração do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa e acompanhamento do Plano de Compensação Ambiental no âmbito do TRT11 (Portaria 321/2023-SGP, de 11/05/2023); então, temos emissões fugitivas que são emissões de gases que vazam de dentro dos extintores, dos refrigeradores; esses gases refrigerantes geram consequências para o meio ambiente, então precisamos quantificar; temos as emissões de fontes estacionárias como os geradores de energia; temos as emissões de fontes móveis como os carros, a nossa frota de veículos do tribunal, as aeronaves, os voos que são realizados no interesse do serviço público; estamos com o inventário com 50% de execução, pois os gestores nos enviaram os dados, por exemplo a Divisão de Passagens e Diárias nos enviou planilha com os dados das passagens aéreas e nós fazemos o levantamento de quanto estamos gastando, sendo gerada a quantidade de carbono que é despejado na natureza; acredito que, no máximo em 02 meses, terminaremos o inventário e logo em seguida, partiremos para a



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

finalização do *Plano de Compensação Ambiental*, segunda entrega do projeto TRT11 Sustentável; o plano gera mais cuidados e se destina a reduzir o impacto ambiental resultante das atividades institucionais; com base na quantidade de gases de efeito estufa (GEE) emitida pelo Regional, serão adotadas ações inovadoras para mitigar os impactos ambientais negativos. A palavra foi passada então ao servidor **Moisés Melo Falcão**, Chefe da Seção de Gestão Socioambiental, Acessibilidade e Inclusão (SEGEAMBI), que assim falou: apenas complementando a fala do Diretor da Divisão de Laboratório de Inovação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS-TRT11), nós precisamos fazer a compensação da emissão de gases de efeito estufa, a exemplo dos clorofluorcarbonetos (CFCs) e do metano também; a camada de ozônio está localizada na região da atmosfera que recebe o nome de estratosfera, que fica entre 15 km e 35 km da superfície da Terra; para cada 1.000 (mil) moléculas de oxigênio, são 5 (cinco) de ozônio, o que é muito pouco para a natureza; segundo os cientistas, se nós congelássemos a camada de ozônio e ela chegasse até o sol, nós teríamos um lençol sobre a terra com a espessura de 3mm, daí a preocupação que precisamos ter inclusive com relação ao consumo; somos sustentáveis quando compramos menos papel, quando reduzimos o nosso consumo, quando reciclamos; há diversas formas de promover a sustentabilidade em nosso cotidiano; a terceira entrega do projeto TRT11 Sustentável consiste justamente na realização de *Campanhas e ações para fomentar a cultura de práticas sustentáveis*, estando sua execução em 30%; parafraseando José de Alencar em sua obra clássica Iracema, que dizia assim: “além, muito além daquela serra, que ainda azula no horizonte, nasceu Iracema, a virgem dos lábios de mel”; então, além daquelas nuvens que estão no céu, nasceu a camada de ozônio, mais linda que a virgem dos lábios de mel, porque ela representa a vida, pois é ela que impede que grande parte das radiações ultravioleta atinjam a superfície da terra; finalizando, gostaria de agradecer a cooperação dos gestores e gestoras do TRT11, pois a SEGEAMBI depende de todos para que possamos melhorar o nosso IDS (Índice de Desenvolvimento Sustentável); quanto mais sustentáveis formos, não só o tribunal ganhará, mas a sociedade como um todo. **16 - COORDENADORIA DE GOVERNANÇA DE CONTRATAÇÕES E OBRAS (COGCO):** o servidor **Eduardo Rodrigues da Cruz**, Diretor da Coordenadoria de Governança de Contratações e Obras (COGCO) assim se manifestou: com a criação da COGCO, o *Projeto Aprimoramento da Governança nas Contratações* foi herdado da Diretoria-Geral; e uma das nossas dificuldades foi justamente o fato de termos herdado o projeto, porque estamos na metade do ano; herdamos um projeto fruto do pensamento da Diretoria-Geral, mais especificamente, da antiga Assessoria de Governança de Contratações e Obras, que possuía pessoas com 40 anos de experiência no tribunal; então, eu agradeço pela confiança e por terem repassado o projeto à COGCO, um desafio para nossa unidade; por isso, o incluímos na Fase 01, que chamamos de **Maturação**: nós pensamos na maturação não só do tribunal em si, mas inclusive da própria equipe para deixar bem registrado isso; o objetivo do projeto é aprimorar a governança das contratações no âmbito do TRT11, em conformidade com a Resolução CNJ nº 347, de 13/10/2020, que instituiu a Política de Governança das Contratações Públicas dos órgãos do Poder Judiciário e com a Lei 14.133/2021; como se trata de uma revisão, vamos dar ênfase naquilo que foi alterado; como 1ª Fase, temos o que chamamos de “Pré-Implantação”, porque precisávamos nos situar enquanto nova unidade; nós buscamos identificar normativos internos existentes; fizemos uma análise de requisitos e benchmarking em outros tribunais para verificar quais as novas tendências em relação a isso; verificamos também a questão da proposição de normativos transitórios junto às áreas com as quais lidamos como a SAD



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

(Secretaria de Administração), a COLICON (Coordenadoria de Licitações e Contratos), a COMANP (Coordenadoria de Manutenção e Projetos); nós encaminhamos ofícios para essas áreas perguntando o que de imediato elas já conhecem da Nova Lei de Licitações, os atos que precisam estar amparados na novo normativo; nossa intenção é dar mais segurança para essas áreas já nesse primeiro momento enquanto nós estamos nos situando para fazermos as entregas do nosso projeto, atingindo os objetivos propostos; outra modificação que nós fizemos foi a inclusão de uma entrega dentro da fase em si da implantação, que foi a proposição do **Regulamento do Plano de Contratações Anual (PCA)**; entendemos que se, em algum momento futuro, esta atribuição for retirada da COGCO, existindo o regulamento, todas as demais áreas terão esse norteamento já institucional de como proceder quanto a prazo, requisitos para elaboração do PCA; nós propomos, nessa 1ª fase, **Normativos "transitórios"**, os quais passarão na 2ª fase de implantação por uma experimentação, ou seja, vamos tentar evoluir, verificando o que está dando certo com o feedback das áreas e, eventualmente, serão convertidos em normativos permanentes; já estava prevista a proposição da **Política de Governança de Contratações e Obras do TRT11**, e a dificuldade é que, até onde pesquisamos, ainda não existe a Política de Governança Institucional geral; no nosso cronograma, está previsto que caso a referida política não esteja implementada, nós iremos implementá-la antes mesmo de estruturarmos a Política de Governança de Contratações e Obras; também estava prevista a proposição da **Política de Integridade nas Contratações do TRT11**, contando com a parceria da ASSIGER (Assessoria de Integridade e Gestão de Risco); quanto à Política de Governança de Contratações e Obras do TRT11, nossas parceiras serão a SAD, a COLICON, a COMANP, a Diretoria-Geral e a COORDCOM, esta última em razão do Plano de Comunicação, porque buscaremos intensificar por meio de notícias, de campanhas, a divulgação e a sensibilização quanto à existência desses novos normativos, para que seja entranhado na organização e também para os licitantes; outra diferenciação seria que, na 3ª fase, o **Mapeamento do Macroprocesso das contratações** exige o Bizagi Modeler na elaboração dos fluxogramas e nos vamos contar com o apoio de outras unidades do TRT11 ou buscaremos a capacitação nesse sentido; outra coisa que destacamos também é o estabelecimento de **Métricas de Avaliação da Governança de Contratações**, o que entendemos como algo bem relevante porque o tribunal estará se autoavaliando, colocando-se inclusive metas; por exemplo, uma meta que julgo importante a ser adotada a partir do ano que vem, é colocar no máximo 20% de contratações a serem efetivadas que não estavam previstas no PCA, ou seja, a ênfase a ser dada é no planejamento, diminuindo-se assim o número de contratações não planejadas; também será aplicado o **Gerenciamento de Riscos no Macroprocesso das Contratações no TRT11**; a equipe anterior do projeto estava querendo fazer um **Plano de Ação**, identificando-se quais seriam as fraquezas dentro do Levantamento de Governança do TCU, para implementação de eventuais melhorias; nós entendemos que como precisamos de tempo para maturar, não teremos essa condição de fazer o Plano de Ação, mas buscaremos fazer o diagnóstico da situação e fazer proposições para próxima gestão, até porque entendemos que se conseguirmos implementar todos esses passos, naturalmente o tribunal já vai conseguir figurar como melhor nos índices do TCU ou do próprio CNJ; a quarta principal modificação seria justamente o **Cronograma**; anteriormente, estava previsto para ser executado em 09 meses (entre março a novembro/2023), mas entendemos, até pela capacidade da equipe e por precisarmos ter uma maturidade para essa implementação, que faremos no dobro de tempo, terminando em dezembro do ano que vem; essa dilação do prazo ocorreu porque pesquisamos um pouco para ver como poderíamos



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

implementar mudanças organizacionais a exemplo de Thomas G. Cummings e Christopher G. Worley, pesquisadores da Carolina do Sul, que afirmam o seguinte: “a implementação gradual de mudanças organizacionais é fundamental para permitir o tempo necessário de adaptação das unidades envolvidas. A abordagem incremental permite que os indivíduos se acostumem com as novas práticas, minimizando resistências e promovendo a efetividade da transformação organizacional (...)”; então, entendemos que o tribunal e a equipe precisam de uma maturidade para que as alterações normativas, esse modo diferente de trabalhar, de ver a gestão estratégica e a governança possam se difundir e gerar frutos, fazendo parte da rotina do tribunal. John Kotter, em seu livro *Liderando Mudanças*, fala o seguinte: “(...) a mudança organizacional bem-sucedida requer a criação de uma coalizão de apoio e a implementação de ações passo a passo, proporcionando um processo de aprendizado contínuo para os membros da organização (...)”; então, no mesmo sentido, pensamos nesse espaço um pouco maior de tempo como necessário para buscar a maturação; assim, para se chegar à Governança como parte da cultura, existem vários estágios, inclusive o autor supracitado elenca 08 passos, que são: - Criar um Senso de Urgência; - Formar um grupo de liderança; - Criar Visão e estratégias para mudança; - Comunicar a Visão; - Remover Obstáculos; - Valorizar Metas de Curto Prazo; - Manter o Avanço da Mudança; e - Tornar a Mudança parte da Cultura; assim, o projeto atualmente está focado na **Tarefa 1**, que é a “**Pré-implantação**” com o percentual de 35% de execução e deve se estender até o mês de outubro, que é justamente a dos normativos transitórios e quem tem nos apoiado muito nisso é a SAD e DG; alguns desses normativos transitórios já estão em análise pela SECJAD (Secretaria de Assessoramento Jurídico-Administrativo); do total do projeto, isso corresponde a aproximadamente 7,65% até o momento. A **Diretora da SEGGEST** disse então que as apresentações haviam se encerrado e que gostaria de passar a palavra à Diretora da DIVISÃO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA (DICOOP), unidade criada recentemente com a reestruturação organizacional e funcional do TRT11. A servidora **Geanne de Oliveira Valente**, Diretora da DICOOP assim se manifestou: gostaria de agradecer ao Excelentíssimo Senhor Presidente, à Senhora Diretora da Secretaria-Geral, à Senhora Diretora da SEGGEST, pela oportunidade de estar presente nesta reunião; a DICOOP tem atuado no intuito de impulsionar a cooperação judiciária no âmbito deste Regional, prestando suporte no estabelecimento de contatos diretos entre os órgãos do Poder Judiciário da União e dos Estados e demais instituições públicas, bem como no que tange à solução de eventuais problemas no processamento de pedidos de cooperação judiciária; confesso que é algo desafiador para mim; eu sou professora e todo professor gosta de desafios; eu já conversei bastante com a servidora *Danielle Ramos de Albuquerque*, lotada na DICOOP, sobre a cooperação judiciária, que não é algo novo no tribunal; isso é humildade; tenho conversado também com o Diretor do LIODS-TRT11, e agradeço aqui a colaboração do servidor Hylace Braga, que está na equipe responsável pelo **Projeto Barco Escola do TRT11**; assim como agradeço também aos demais gestores que atuam na área de governança do tribunal; os gestores, ao apresentarem seus projetos, falaram muito de cooperação; sabemos que o que mais falta são os recursos; então, nós estamos vendo como fazer essas cooperações; a UEA por exemplo está presente nos municípios onde existem Varas do Trabalho; nós estamos conversando com a SETIC, com o Evandro Souza, com o Ronânio Cintra e também com o Reitor da UEA no sentido de firmarmos acordos de cooperação judiciária. A palavra foi passada então à servidora **Danielle Ramos de Albuquerque** que teceu os seguintes comentários: na realidade, a cooperação judiciária veio para fazermos a troca do que temos aqui no tribunal e podemos oferecer com o que os outros órgãos podem



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

nos oferecer sem que haja custos; o verdadeiro intuito é fazermos essa troca sem onerosidade; temos o *Projeto do Barco Escola do TRT11*, conforme já mencionado; no momento, estamos com poucas cooperações firmadas, mas estamos trabalhando para aumentar esse quantitativo, estabelecendo acordos com as universidades; há muito trabalho a ser feito. Ao que o **Excelentíssimo Desembargador Presidente do TRT11** agradeceu a presença de todos e conclamou os gestores para que se empenhassem na questão do prêmio Qualidade do CNJ, que mensurava não só o tribunal, mas cada que estava à frente de suas respectivas unidades, acrescentando que gostaria de contar o apoio de todos nessa empreitada. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 11 horas e 55 minutos, sendo lavrada a presente ata por mim, **Winder Jane Moreira Silva**, Diretora da Divisão de Projetos e Iniciativas Nacionais e secretária da presente reunião, que depois de lida e achada conforme será assinada por quem de direito.

Assinado Eletronicamente

AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
Desembargador Presidente do TRT da 11ª Região